



Data: 17.01.2018

Titulo: Progressões nas carreiras não são para todos em janeiro

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 48



Gabinete de Centeno assume que algumas atualizações serão pagas em fevereiro ou nos meses seguintes

Função Pública. Progressões nas carreiras não são para todos em janeiro

Ministério das Finanças promete pagar com retroativos, mas sindicatos querem já e dizem que serviços “têm condições” para pagar este mês

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

Nem todos os funcionários públicos vão sentir as progressões na carreira já este mês. Isto porque, segundo o ministério das Finanças, há “serviços que não vão conseguir processar o acréscimo salarial em janeiro, mas apenas nos meses seguintes, com retroativos”. Ainda assim, garante que essa regularização vai ser feita “assim que possível”.

A lei do Orçamento do Estado para este ano prevê que a progressão seja paga ao longo de dois anos, de forma faseada, sendo os primeiros 25% pagos com o salário de janeiro. No entanto, fonte oficial do gabinete de Mário Centeno explicou que o processamento salarial não é centralizado e que, sendo os próprios serviços a fazê-lo, “nalguns casos, [a progressão] será paga só em fevereiro ou nos meses seguintes, mas sempre com retroativos a janeiro”.

Também a Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) publicou ontem uma nova nota sobre o processamento das alterações remuneratórias decorrentes do descongelamento da progressão. Segundo a DGAEP, o processamento será feito “o mais cedo possível, a fim de acautelar as legítimas expectativas dos trabalhadores”.

Mas lembra que “para processar as alterações de posicionamento que devam ter lugar não é necessário aguardar a resolução de todas as situações eventualmente duvidosas, que deverão ser processadas à medida que sejam esclarecidas”. No entanto, nos casos em que, na sequência de ponderação curricular, a avaliação de desempenho for alterada, “o número de pontos será ajustado e, se der origem a uma alteração de posicionamento, a mesma produzirá efeitos à data da aquisição do direito”, diz a DGAEP.

SINDICATOS QUEREM JÁ Para a presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), os serviços e organismos

A ideia era os funcionários receberem 25% do valor da progressão a que têm direito já em janeiro e mais 25% em setembro. No ano seguinte, recebem mais 25% em maio e 25% em dezembro

do Estado “têm condições” e, como tal, devem “cumprir a lei” e pagar as progressões na carreira aos funcionários públicos já em janeiro. “Nós acreditamos que os serviços têm condições, ainda com falta de pessoal, para cumprir o que está no Orçamento do Estado que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018”, disse Helena Rodrigues à saída de uma reunião com a secretária de Estado da Administração Pública, Fátima Fonseca, no ministério das Finanças.

Para a responsável, “se é a remuneração do trabalho que está em causa, receber em janeiro, fevereiro ou março ou depois não é exatamente igual”, defendendo que “os serviços têm de desenvolver todos os mecanismos e de rapidamente darem cumprimento ao que está na lei”.

Também a dirigente da Frente Comum, Ana Avoila, criticou os atrasos no pagamento do acréscimo salarial e as explicações dadas pelo governo.

O descongelamento de carreiras da administração pública que irá abranger cerca de 400 mil funcionários vai ser feito em dois anos. A ideia era os funcionários receberem 25% do valor da progressão a que têm direito já em janeiro e mais 25% em setembro. No ano seguinte, em 2019, recebem mais 25% em maio e os 25% finais em dezembro.

Area: 485cm² / 56%

Tiragem: 16.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 5980533